

Edital Processo de Escolha nº 003/SMDHC/2019

**PROCEDIMENTOS DE ELEIÇÃO DO COMITÊ INTERSETORIAL DA POLÍTICA MUNICIPAL PARA A
POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA – COMITÊ POPRUA GESTÃO 2020/2022**

BERENICE MARIA GIANNELLA, Secretária Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, no uso de suas atribuições legais e respeitando os atos regulados pelo Decreto Municipal nº 53.795, de 25 de março de 2013, que institui o Comitê Intersetorial da Política Municipal para a População em Situação de Rua - Comitê PopRua,

CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, que define população em situação de rua como o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória;

CONSIDERANDO as disposições previstas na Lei Municipal nº 12.316, de 16 de abril de 1997;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal de 1988 institui instrumentos para a democracia participativa, abrindo a possibilidade de criação de mecanismos de controle social, especialmente os conselhos de direitos, de políticas e de gestão de políticas sociais específicas;

CONSIDERANDO que sociedade civil é o cidadão e a cidadã, os coletivos, os movimentos sociais institucionalizados e/ou não institucionalizados, suas redes e suas organizações;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 15.946, de 23 de dezembro de 2013, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 56.021, de 31 de março de 2015, sobre a obrigatoriedade de no mínimo 50% (cinquenta por cento) de mulheres na composição dos órgãos colegiados municipais de controle social.

Torna público processo eleitoral às vagas de representantes da sociedade civil para a gestão 2020/2022 do Comitê Intersetorial da Política Municipal para a População em Situação de Rua - Comitê PopRua nos termos deste edital.

1. DA COMISSÃO ELEITORAL

1.1. O processo eleitoral será conduzido por comissão, designada Comissão Eleitoral, cuja composição foi aprovada na LXV Reunião Ordinária do Comitê Intersetorial da Política Municipal para a População em Situação de Rua - Comitê PopRua, no dia 03 de julho de 2019, e publicada no Diário Oficial da Cidade em 18 de julho de 2019.

1.1.1. Os candidatos e candidatas que concorrem neste pleito estão impedidos de integrar ou participar da Comissão Eleitoral.

1.2. A Comissão Eleitoral deliberará sobre:

I – Edital de Chamamento Público;

II – Plano de Comunicação e Mobilização do processo eleitoral, por meio impresso, digital e mobiliário urbano;

III – Das Etapas de Inscrições dos Candidatos e Candidatas e das Eleições;

IV – Do processo de votação; e

V – Da fiscalização do processo eleitoral e apuração dos votos.

2. DO PROCESSO ELEITORAL

2.1. A eleição dos 9 (nove) membros/as representantes da sociedade civil e dos seus/suas respectivos/as suplentes que deverão integrar o Comitê Intersetorial da Política Municipal para a População em Situação de Rua realizar-se-á em 2 (duas) etapas, a saber:

2.1.1. **Primeira etapa:** consistirá nas inscrições dos candidatos e candidatas a membros/as representantes da sociedade civil. As inscrições deverão ocorrer conforme o cronograma deste Edital (item 5) seja virtualmente, por meio do endereço eletrônico coordpoprua@prefeitura.sp.gov.br, ou presencialmente, no horário e local indicados neste Edital (item 3).

2.1.2. **Segunda etapa:** consistirá na realização das Eleições do Comitê PopRua – Eleições dos/as representantes titulares e de seus/suas respectivos/as suplentes, representantes da sociedade civil, sendo 5 (cinco) vagas para titulares e 5 (cinco) vagas para suplentes no segmento da População em Situação de Rua, 4 (quatro) vagas para titulares e 4 (quatro) vagas para suplentes no segmento de Organizações - coletivos, movimentos sociais institucionalizados e/ou não institucionalizados, suas redes e suas organizações.

2.2. Participarão como candidatos e candidatas a membros/as representantes da sociedade civil somente cidadãos e cidadãs, organizações, coletivos, movimentos e associações que fizerem

- suas inscrições, pessoalmente, mediante representação legal ou virtualmente, observando o item 3 deste Edital.
- 2.3. A posse dos/as novos/as membros/as está prevista para ocorrer em solenidade realizada pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, em data e local a ser informado previamente.
- 3. PRIMEIRA ETAPA: DAS INSCRIÇÕES DAS CANDIDATURAS AO COMITÊ**
- 3.1. As inscrições ocorrerão conforme o cronograma deste Edital (item 5), podendo ser feitas presencialmente na Coordenação de Políticas para População em Situação de Rua, entre as 9h e 12h ou entre as 14h e 17h, situada à Rua Libero Badaró, 119, 7º andar, Centro – São Paulo, mediante emissão de protocolo, ou por meio do endereço eletrônico coordpoprua@prefeitura.sp.gov.br.
- 3.1.1. A SMDHC não se responsabiliza por problemas de ordem técnica no envio de inscrições por meio eletrônico.
- 3.2. Conforme a Lei Municipal nº 15.946, de 23 de dezembro de 2013, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 56.021, de 31 de março de 2015, o Comitê Intersectorial da Política Municipal para a População em Situação de Rua deverá contar com a composição mínima de 50% (cinquenta por cento) de mulheres em todos os segmentos.
- 3.3. Deverá ser considerada a identidade de gênero autodeclarada, por meio de preenchimento da ficha de inscrição, independente do que constar em documento ou registro público.
- 3.4. Poderão se inscrever como candidatos e candidatas ao Comitê PopRua, para as vagas da sociedade civil no segmento de População em Situação de Rua, pessoas maiores de 18 anos em situação ou com trajetória de rua, brasileiros/as ou imigrantes, com atuação no município de São Paulo.
- 3.4.1. Considera-se imigrante, para os fins deste edital, todas as pessoas que se transferem de seu lugar de residência habitual em outro país para o Brasil, compreendendo imigrantes laborais, estudantes, pessoas em situação de refúgio, apátridas, bem como suas famílias, independentemente de sua situação imigratória e documental.
- 3.4.2. A inscrição será efetivada mediante a apresentação dos seguintes documentos:
- a) Ficha de Inscrição, conforme modelo Anexo A1;

- b) Declaração de não incidência nas hipóteses do artigo 1º do Decreto Municipal nº 53.177, de 4 de junho de 2012, conforme modelo de seu Anexo Único (Anexo C);
- c) Cópia do documento de identificação pessoal, comprovando ser maior de 18 anos (RG, CTPS, Reservista, CNH, Passaporte, Carteira de Órgão, Conselho de Classe);
- d) Declaração de que está em situação de rua ou possui trajetória de rua de entidades ou de equipamento da rede.

3.4.3. No caso de candidato ou candidata imigrante serão aceitos documentos oficiais com fotos, ainda que emitidos em país estrangeiro, ou comprovantes de solicitação da emissão de documentos, tais como passaporte, cédula de identidade do país de origem, Registro Nacional de Estrangeiros – RNE, Protocolo de Solicitação do Registro Nacional de Estrangeiros, Protocolo Provisório de Solicitação de Refúgio e Carteira de Trabalho e Previdência Social, desde que os comprovantes de solicitação possuam foto para identificação do candidato.

3.4.4. Os serviços de atendimentos à população em situação de rua serão mobilizados para promover o acesso das pessoas em situação de rua à documentação como forma de garantia da cidadania e da participação no processo eleitoral.

3.5. Poderão se inscrever como candidatas ao Comitê PopRua para as vagas da sociedade civil no segmento de Organizações, todas as organizações, movimentos sociais institucionalizados e/ou não institucionalizados, coletivos e associações, de natureza privada e sem fins lucrativos, atuantes e com experiência comprovada no atendimento e/ou na defesa dos direitos da população em situação de rua.

3.5.1. A inscrição será efetivada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Ficha de Inscrição, conforme modelo Anexo A2;
- b) Declaração de não incidência nas hipóteses do artigo 1º do Decreto Municipal nº 53.177, de 4 de junho de 2012, assinada pelo presidente da entidade/organização/coletivo, conforme modelo do seu Anexo Único (Anexo C);
- c) Cópia do Estatuto Social da organização, devidamente registrado;
- d) Comprovação de atuação no segmento, por meio de relatório de atividades ou ata de reunião da organização, coletivo ou associação;
- e) Comprovante de endereço ou de atuação no Município de São Paulo;

3.5.2. Caso seja movimento, deverá apresentar:

- a) Ficha de Inscrição, conforme modelo Anexo A2;
 - b) Declaração de não incidência nas hipóteses do artigo 1º do Decreto Municipal nº 53.177, de 4 de junho de 2012, assinada pelo presidente do movimento, conforme modelo do seu Anexo Único (Anexo C);
 - c) Cópia do documento de identidade do/a representante legitimado/a por documento de governança ou por comitê /conselho de representação;
 - d) Cópia de ata de fundação do movimento, de relatório de atividades, de carta de princípios, documentos de governança, canais oficiais de comunicação com registro temporal, pedidos de filiação/vinculação e atas de reuniões periódicas, que comprovem a atuação no Município de São Paulo por um período mínimo de 2 (dois) anos;
 - e) Comprovante de endereço ou de atuação no Município de São Paulo;
- 3.6. A Comissão Eleitoral publicará no Diário Oficial da Cidade e no site da SMDHC a lista inicial de candidaturas deferidas e indeferidas de cada segmento em até (cinco) dias úteis após o prazo final para inscrições.
- 3.6.1. As inscrições serão indeferidas quando não apresentados todos os documentos exigidos nos itens 3.4 para População em Situação de Rua e 3.5 para Organizações, ou quando os documentos apresentados forem considerados insuficientes pela Comissão Eleitoral.
- 3.6.2. A Comissão Eleitoral deverá justificar por escrito, com publicação no Diário Oficial da Cidade, os motivos para o indeferimento de candidaturas.
- 3.6.3. Da decisão de indeferimento cabe recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a publicação, dirigido à Comissão Eleitoral, a ser entregue na Coordenação de Políticas para a População em Situação de Rua, entre as 9h e 12h ou entre as 14h e 17h, na Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania – SMDHC, na Rua Libero Badaró, 119, 7º andar - Centro – São Paulo, mediante emissão de protocolo, conforme modelo Anexo B, ou por meio do endereço eletrônico coordpoprua@prefeitura.sp.gov.br.
- 3.6.4. Em caso de recurso, os candidatos, candidatas e Organizações poderão apresentar documentação suplementar a ser analisada pela Comissão Eleitoral.
- 3.6.5. A Comissão Eleitoral publicará no Diário Oficial da Cidade e no site da SMDHC a lista final de candidaturas deferidas e indeferidas em até 5 (cinco) dias úteis após o prazo final para apresentação de recursos.

- 3.7. Após a divulgação da lista final de candidaturas deferidas e indeferidas, caso não seja alcançado o mínimo de 50% de inscrições de mulheres em relação ao número total de assentos em disputa, considerada a somatória de titularidade e suplência, o prazo de inscrição será reaberto uma única vez por 15 (quinze) dias, nos termos do §2º do Artigo 10 do Decreto Municipal nº 56.021, de 31 de março de 2015.
- 3.8. Após a reabertura do prazo para inscrição, não sendo alcançado o mínimo de 50% de candidatura de mulheres, considerada a somatória de titularidade e suplência, o processo eleitoral deverá seguir regularmente, revertendo-se as vagas remanescentes para o outro gênero, observada a ordem de classificação.
- 3.9. É permitida a todos os candidatos e candidatas inscritos a realização de campanha eleitoral de seu nome ou de sua Organização;
- 3.9.1. Após a homologação das candidaturas, a Comissão Eleitoral divulgará, por meio de cartaz, nos serviços e equipamentos de atendimento à população em situação de rua, lista com os nomes, números e fotos de todos os concorrentes ao pleito;
- 3.9.2. No dia da Eleição, não será permitida a boca de urna a partir da entrada de acesso ao local da votação e área previamente delimitada pela Comissão Eleitoral.

4. SEGUNDA ETAPA: DA ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO COMITÊ INTERSETORIAL DA POPRUA

- 4.1. A segunda etapa consistirá nas Eleições do Comitê PopRua, em turno único, sob coordenação da Comissão Eleitoral, com voto por meio de urna e cédula.
- 4.1.1. O Ministério Público deverá ser convidado a acompanhar e fiscalizar todo o processo de eleição e apuração das eleições.
- 4.2. Estão habilitados para votar todos/as os/as brasileiros/as e imigrantes, maiores de 16 anos, independente da sua situação migratória e documental, nos termos da Lei Municipal nº 16.478, de 8 de julho de 2016.
- 4.2.1. Para votar, o eleitor deve apresentar um documento oficial com foto (RG, CTPS, Reservista, CNH, Passaporte, Carteira de Órgão ou Conselho de Classe).
- 4.2.2. No caso do eleitor ou eleitora imigrante aceitos documentos oficiais com fotos, ainda que emitidos em país estrangeiro, ou comprovantes de solicitação da emissão de documentos, tais como passaporte, cédula de identidade do país de origem, Registro Nacional de Estrangeiros – RNE, Protocolo de Solicitação do Registro Nacional de Estrangeiros, Protocolo Provisório de Solicitação de Refúgio e Carteira de Trabalho e

Previdência Social, desde que os comprovantes de solicitação possuam fotos para identificação do eleitor.

- 4.3. Cada eleitor/a terá direito a um único voto para o segmento População em Situação de Rua e um único voto para o segmento Organização - associações, coletivos, movimentos e organizações.
- 4.4. No segmento Organização, serão considerados eleitos como titulares as 4 (quatro) primeiras associações, coletivos, movimentos e organizações mais votadas, observada a ordem de classificação; e para as vagas de suplentes as 4 (quatro) associações, coletivos, movimentos e organizações mais votadas, após as titulares, observada a ordem de classificação.
- 4.5. No segmento População em Situação de Rua, serão considerados eleitos/as como titulares os/as 5 (cinco) candidatos e candidatas mais votados, observada a ordem de classificação; e para as vagas de suplentes os 5 (cinco) candidatos e candidatas mais votados, após as titulares, observada a ordem de classificação.
- 4.6. No caso do segmento Organizações, para cumprimento do Decreto Municipal nº 56.021, de 31 de março de 2015, sobre a obrigatoriedade de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de mulheres, a composição de paridade dar-se-á da seguinte maneira:
 - 4.6.1. Para a primeira colocada, será facultado o direito de determinar a representação titular da maneira que julgar adequada. Após, quando for o caso e para garantir o mínimo de 50%, deverão as organizações preencher os cargos alternadamente.
 - 4.6.2. A mesma regra deverá ser observada na composição da suplência.
 - 4.6.3. O processo de implantação da paridade do Comitê Intersetorial da Política Municipal para a População em Situação de Rua deverá ser acompanhado pela SMDHC, por meio da Coordenação de Políticas para as Mulheres, bem como os casos omissos para o cumprimento da Lei Municipal nº 15.946/2013.
- 4.7. No caso do segmento da População em Situação de Rua, que possui número ímpar de representantes, o total de mulheres deverá ser, no mínimo, igual à metade desse número arredondada para o número inteiro imediatamente superior, em acordo com o Decreto Municipal nº 56.021, de 31 de março de 2015.
 - 4.7.1. Caso entre os cinco mais votados não haja número suficiente para o cumprimento do item 4.7, serão chamadas as mulheres com maior número de votos recebidos fora das 5 (cinco) vagas, na ordem de classificação.
 - 4.7.2. A mesma regra deverá ser observada na composição da suplência.

- 4.8. Em caso de empate, será eleito o candidato ou candidata com mais idade, no segmento de População em Situação de Rua; e a associação, coletivo ou organização com mais tempo de atuação, no segmento de Organização.
- 4.9. Os eleitores deverão assinar lista de presença no local de votação e receberão comprovante de participação.
- 4.10. Terminada a eleição, as urnas deverão ser lacradas e encaminhadas imediatamente com as atas à central de apuração, local a ser definido pela SMDHC, aos cuidados da Comissão Eleitoral.
- 4.10.1. A apuração ocorrerá no mesmo dia da eleição.
- 4.10.2. A ausência do candidato, candidata ou fiscal não impedirá a apuração.
- 4.11. O resultado da eleição será publicado em 2 (duas) listas, contendo:
- 4.11.1. Na primeira, a classificação dos candidatos e candidatas por ordem de número de votos obtidos;
- 4.11.2. Na segunda, a classificação final, aplicando-se a exigência do mínimo de 50% das vagas preenchidas por mulheres, ainda que haja homens que tenham obtido maior votação do que as mulheres classificadas, observando os itens 4.6 e 4.7.
- 4.12. A Comissão Eleitoral lavrará ata sobre a realização do pleito com o resultado final da eleição e registro do rol de eleitos. A ata será encaminhada à Coordenação de Políticas para População em Situação de Rua, para publicação no Diário Oficial da Cidade.
- 4.12.1. As ocorrências que porventura acontecerem durante as eleições deverão ser notificadas pelo/a eleitor/a ou candidato/a, por escrito, devidamente identificadas e assinadas, e encaminhadas à Comissão Eleitoral, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após o término das eleições.
- 4.12.2. A Comissão Eleitoral deverá apresentar posicionamento sobre as notificações na ata final do processo eleitoral.
- 4.12.3. No ponto de votação haverá um/a coordenador/a, devidamente identificado/a, que será responsável por toda organização do processo eleitoral no local e responsável por todas as questões referentes às eleições, inclusive no caso de ausência do fiscal.
- 4.12.4. Recurso ao resultado preliminar da Eleição deverá ser apresentado no prazo previsto, no item 3.6.3 deste edital, conforme anexo B.



4.13. Caberá à Comissão Eleitoral definir os locais de votação e proceder à sua publicação no Diário Oficial da Cidade e no site da SMDHC com pelo menos 15 (quinze) dias úteis de antecedência em relação à data da votação.

4.13.1. Serão pelo menos 7 (sete) locais de votação, assim distribuídos pelas regiões da cidade:

- a) 2 (dois) no Centro;
- b) 2 (dois) na Leste;
- c) 1 (um) na Norte;
- d) 1 (um) na Sul;
- e) 1 (um) na Oeste.

4.13.2. Os locais de votação deverão ser escolhidos dentre as Praças de Atendimento das Subprefeituras, os equipamentos das redes municipais de educação e de assistência social geridos de forma direta pelo poder público.

5. CRONOGRAMA GERAL

FASE DO PROCESSO ELEITORAL	PRAZO
Período de inscrições dos interessados	19/11/2019 a 03/12/2019
Publicação, no Diário Oficial da Cidade e no site da SMDHC, da lista inicial de candidaturas deferidas e indeferidas	06/12/2019
Prazo para apresentação de recursos	09/12/2019 a 13/12/2019
Publicação, no Diário Oficial da Cidade e no site da SMDHC, da lista definitiva de candidaturas deferidas e indeferidas	17/12/2019
Eleição para as vagas de representantes da População em Situação de Rua e de Organizações	08/02/2020
Apuração do resultado	08/02/2020
Publicação, no Diário Oficial da Cidade e no site da SMDHC, do resultado preliminar da eleição	11/02/2020
Apresentação de recursos em relação ao resultado preliminar da eleição	11/02/2020 a 18/02/2020
Publicação, no Diário Oficial da Cidade e no site da SMDHC, do resultado final da eleição	21/02/2020



**CIDADE DE
SÃO PAULO**
DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA

Envio, pelas Organizações classificadas, dos nomes de seus representantes para publicação da Portaria de nomeação dos membros do Comitê PopRua	21/02/2020 a 28/02/2020
Posse dos/as novos/as membros/as do Comitê PopRua	03/03/2020

OBS: Horário de Atendimento: Das 9h e 12h ou entre as 14h e 17h, na Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania – SMDHC, na Rua Libero Badaró, 119, 7ª andar - Centro – São Paulo, ou por meio do endereço eletrônico coordpoprua@prefeitura.sp.gov.br.

6. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1. Os casos omissos no presente Edital serão resolvidos pela Comissão Eleitoral do Comitê Intersetorial da Política Municipal para a População em Situação de Rua.

7. ANEXOS

- 7.1. Anexo A1 - Ficha de Inscrição Candidato Cidadão/Cidadã – Declaração;
- 7.2. Anexo A2 – Ficha de Inscrição Candidatura de Organização – Declaração;
- 7.3. Anexo B – Apresentação de Recurso;
- 7.4. Anexo C – Declaração Anexo Único do Decreto Municipal nº 53.177/12 (Ficha Limpa).

São Paulo, 18 de novembro de 2019.


BERENICE MARIA GIANNELLA

SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA



**CIDADE DE
SÃO PAULO**
DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA

ANEXO A1- FICHA DE INSCRIÇÃO CANDIDATA/O CIDADÃO/CIDADÃ

DECLARAÇÃO

Eu (nome civil ou social), _____,

portador (a) do documento de identificação com foto tipo: _____

número: _____, gênero () feminino () masculino ()

outros: _____.

DECLARO, nos termos do Decreto nº 53.795, de 25 de março de 2013, a intenção de candidatura à vaga de membro do segmento da População em Situação de Rua da gestão 2020/2022 do Comitê Intersectorial da Política Municipal para a População em Situação de Rua – Comitê PopRua, nos termos do Decreto nº 53.795, de 25 de março de 2013, com nome de candidatura para constar como divulgação:

Formas de contato:

E-mail: _____

Telefone: _____

Celular: _____

Outra forma de contato: _____

DECLARO ainda que, conheço o Decreto nº 53.795/13, que institui o Comitê Intersectorial da Política Municipal para a População em Situação de Rua – Comitê PopRua e estou ciente de todos os itens deste Edital e concordo em autorizar e ceder a título gratuito e sem fins lucrativos, o uso de minha imagem em fotos ou filmes em todas as suas modalidades, em destaque, das seguintes formas: (i) home Page; (ii) cartazes; (iii) divulgação em geral, para ser utilizado no processo de divulgação das Eleições do Comitê Intersectorial da Política Municipal da População em Situação de Rua.

DECLARO ter disponibilidade de tempo e disposição para a execução dos trabalhos afetos à função do Comitê PopRua, tendo-se em vista que o trabalho não é remunerado.

DECLARO ter trajetória de rua.

DECLARO ter atuação e morar no Município de São Paulo.

São Paulo, _____/_____/_____

Assinatura do declarante



**CIDADE DE
SÃO PAULO**
DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA

ANEXO A2 - FICHA DE INSCRIÇÃO

**CANDIDATURA DE ORGANIZAÇÃO - coletivos, movimentos sociais institucionalizados e/ou não
institucionalizados, suas redes e suas organizações.**

DECLARAÇÃO

Eu, _____, portador(a) do documento de identificação tipo (RG, CTPS etc.) _____, número: _____, gênero () feminino () masculino () outros, representante legal do (a) (nome da organização, associação, movimento ou coletivo) _____, inscrito no CNPJ/MF sob número: _____ (se devidamente registrada),

DECLARO, nos termos do Decreto nº 53.795, de 25 de março de 2013, a intenção de candidatura à vaga de membro do segmento de Organizações da gestão 2020/2022 do Comitê Intersectorial da Política Municipal para a População em Situação de Rua – Comitê PopRua, com nome de candidatura para constar como divulgação: _____

Formas de contato:

E-mail: _____

Telefone: _____

Celular: _____

Outra forma: _____

DECLARO ainda que conheço o disposto no Decreto nº 53.795/13, que institui o Comitê Intersectorial da Política Municipal para a População em Situação de Rua – Comitê PopRua e estou ciente de todos os itens deste Edital e concordo em autorizar e ceder a título gratuito e sem fins lucrativos, o uso de minha imagem em fotos ou filmes em todas as suas modalidades, em destaque, das seguintes formas: (i) home Page; (ii) cartazes; (iii) divulgação em geral, para ser utilizado no processo de divulgação das Eleições do Comitê Intersectorial da Política Municipal da População em Situação de Rua.

DECLARO ter disponibilidade de tempo e disposição para a execução dos trabalhos afetos à função do Comitê PopRua, representando a referida organização, coletivo, movimento ou associação, tendo-se em vista que o trabalho não é remunerado.

DECLARO que a organização trabalha e ou atua com a temática da população em situação de rua e com sede no Município de Cidade de São Paulo.

São Paulo, _____/_____/_____

Assinatura do Representante



**CIDADE DE
SÃO PAULO**
DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA

ANEXO B - APRESENTAÇÃO DE RECURSO

À Comissão Eleitoral do Comitê Intersetorial da Política Municipal para a População em Situação de Rua – Comitê PopRua

Prezados Senhores,

Eu (nome civil ou social **OU** Razão Social): _____, CPF
ou CNPJ _____ (e-mail ou telefone)

_____, venho por meio deste solicitar:

- reconsideração do indeferimento da candidatura
 indeferimento da candidatura
 indeferimento da eleição.

Considerando os termos do Edital de Eleição dos Membros da Sociedade Civil do Comitê Intersetorial da Política Municipal para a População em Situação de Rua – Comitê PopRua, bem como o Decreto nº 53.795/2013, que institui e regulamenta o Comitê PopRua com fundamento no item _____

Solicito/solicitamos pelos motivos abaixo expostos:

Desta forma, declaro:

- a) Ter plena ciência do Edital de Eleição dos Membros da Sociedade Civil do Comitê PopRua de 2020, bem como o Decreto nº 53.795/2013, que institui e regulamenta o Comitê PopRua;
b) Assumir integral responsabilidade quanto à veracidade das informações e documentos fornecidos (quando houver);
c) Apresentar nos termos do item 3.6.3, a seguinte documentação suplementar:

São Paulo, ____/____/____

Assinatura do declarante





**CIDADE DE
SÃO PAULO**
DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA

ANEXO C - ANEXO ÚNICO a que se refere o artigo 3º do Decreto nº 53.177, de 4 de junho de 2012

DECLARAÇÃO

1. IDENTIFICAÇÃO DO(A) SERVIDOR(A), EMPREGADO(A) OU INDICADO (A):

NOME: _____

CPF/RG: _____

CARGO/FUNÇÃO/EMPREGO: _____

SECRETARIA/SUBPREFEITURA: _____

TELEFONE: _____

E-MAIL: _____

2. DECLARAÇÃO:

DECLARO ter conhecimento das vedações constantes do artigo 1º do Decreto nº 53.177, de 4 de junho de 2012, que estabelece as hipóteses impeditivas de nomeação, contratação, admissão, designação, posse ou início de exercício para cargo, emprego ou função pública, em caráter efetivo ou em comissão, e que:

() não incorro em nenhuma das hipóteses de inelegibilidade previstas no referido artigo.

() incorro nas hipóteses de inelegibilidade previstas no referido artigo.

() tenho dúvidas se incorro ou não na(s) hipótese(s) de inelegibilidade prevista(s) no(s) inciso(s) _____ do referido artigo e, por essa razão, apresento os documentos, certidões e informações complementares que entendo necessários à verificação das hipóteses de inelegibilidade.

DECLARO, ainda, sob as penas da lei, em especial aquelas previstas na Lei Federal nº 7.115, de 29 de agosto de 1983, e no artigo 299 do Código Penal (Falsidade Ideológica), que as informações aqui prestadas são verdadeiras.

São Paulo, ___/___/___

Assinatura do interessado/servidor

RG/RF